

EDITORIAL (*)

Cumpre-me, hoje, a honrosa tarefa de abrir com breves palavras esta Sessão que, com a solenidade académica que a circunstância exige, se destina a marcar o início do ano lectivo do Instituto da Defesa Nacional e simultaneamente do Curso de Defesa Nacional 1996-1997.

A minha primeira palavra, Senhor Presidente e Ilustres Convidados, como não podia deixar de ser, é uma palavra de agradecimento. Agradecimento pela distinta e honrosa presença de Vossas Excelências que, permitam-me que interprete como testemunho de apreço, consideração e amizade pelo Instituto de Defesa Nacional.

Fundado no ano de 1976, o IDN completou este ano 20 anos de existência. Porém, não deve esquecer-se, que quando iniciou a sua história em 1976, o IDN nasceu já com a herança rica de uma pré-história de 9 anos.

Fora criado em 1967, na Presidência do Conselho e na dependência directa do Ministro da Defesa e funcionou de 1969 a 1974, sob a designação de Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional.

Em 1974 é suspenso o Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional e durante o período da transição à democracia, com uma outra dependência institucional, agora estritamente militar, funcionou no mesmo espaço e até 1976, o Centro de Sociologia Militar da 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Em 1976, a consolidação da democracia e o novo tipo de relações civis-militares vieram dar lugar e sentido à fundação do IDN. Primeiro e ainda no âmbito militar, na dependência do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Depois, com a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas em 1982, devolvido à sua originária e natural dependência do poder político: o Ministério da Defesa.

(*) Intervenção do Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, Director do IDN, na Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 1996/97, à qual se dignou presidir Sua Excelência o Presidente da República, e que teve lugar em 29 de Novembro de 1996.

São quase 30 anos de presença do Instituto na vida nacional. Presença que sob três registos institucionais diferentes e em três diferentes fases das relações civis-militares, percorreu outros tantos períodos da história política recente de Portugal: o final do Estado Novo, a transição à democracia, a consolidação da democracia e o regime democrático.

São avatares diferentes do IDN em que cumpriu diferentes funções na sociedade portuguesa, mas em que é possível encontrar uma mesma linha de continuidade em dois patamares distintos: a reflexão sobre as grandes questões da Segurança e da Defesa e o lugar de encontro e do estabelecimento de laços de relação civis-militares poderia traduzir-se num simples conceito que o IDN introduziu e divulgou: o conceito global e integrado de defesa nacional.

A defesa é seguramente uma questão militar, mas tem também uma componente não militar. A defesa passa, hoje, tanto pelas forças armadas como pela defesa da língua, pela estratégia das empresas como pela reprodução da identidade nacional. Numa palavra, a Defesa é uma questão militar, mas é muito mais do que isso: é uma questão nacional.

É um conceito profundamente inovador, conhecido e debatido ao nível teórico, mas de que estamos, ainda hoje em Portugal, muito longe de ter retirado todas as consequências práticas e institucionais.

É, portanto, um relevante património simbólico acumulado, em alguns momentos de grande importância para o país, e que gostaria neste momento de registar e enaltecer.

Porém, se há palavra que pode caracterizar o movimento de grande aceleração da história nas últimas décadas é a palavra: mudança.

Mudança continuada e profunda.

Mudança na cena internacional e na sociedade portuguesa.

Ao nível internacional, até há alguns anos o mundo era perigoso, mas previsível. Era um mundo de certezas.

Hoje, o mundo é porventura, menos perigoso, mas muito mais imprevisível. É um mundo de incertezas e, como tal, não é certo que seja mais seguro.

Desde a afirmação dos Estados nacionais no século XIX que as relações internacionais eram fundamentalmente interestatais e se faziam

alternadamente entre a diplomacia e a guerra. As ameaças, eram claras e definidas e predominantemente de natureza militar. Tinham uma inscrição territorial e política. O inimigo era concreto e conhecido. É claro que tudo isto tinha uma tradução na estrutura e na cultura das forças armadas e no tipo das missões: a missão era a defesa das fronteiras contra a agressão externa do inimigo e o soldado sabia pelo que morria: pelo amor da Pátria.

Desde o fim da guerra fria, porém, tudo ou quase tudo mudou e hoje, nada ou quase nada, resta desse quadro de segurança. Tudo se tornou muito mais complexo e indefinido.

A proliferação de actores internacionais e a sua interdependência estrutural alteraram a natureza do sistema internacional. As ameaças já não são claras nem definidas. São difusas e polimorfas.

Mais, podem não ser e não são muitas vezes de natureza militar e não provêm sequer dos Estados. São ameaças transnacionais e, simultaneamente, infra-estatais (como o narcotráfico, o terrorismo, migrações massiças, riscos ecológicos e ambientais).

O inimigo é, hoje, anónimo e desterritorializado.

E claro está, que todo este movimento tem tido repercussões importantes sobre o quadro da segurança, a estrutura das forças armadas e o tipo de missões. Em muitos países, nomeadamente da NATO e da União Europeia, estão em curso reestruturações profundas nas suas forças armadas com vista a adaptá-las ao novo tipo de missões. Missões que parecem afigurar-se, no futuro, cada vez menos como de defesa do território e cada vez mais como missões humanitárias ou de manutenção de paz.

Portugal, membro da NATO, da União Europeia e da UEO, não só participa inteiramente deste movimento, como a sua política externa e de defesa conferiram um empenhamento tal à presença portuguesa na cena internacional pós-guerra fria que Portugal atravessa hoje um dos momentos que ousaria dizer de maior prestígio internacional desde há dois séculos (quem fala não é o Director do IDN é um professor de história das relações internacionais). A presença de portugueses em alguns dos mais altos cargos internacionais, assim como a presença das tropas portuguesas em operações de paz tanto em África como, sobretudo, na Bósnia, são disso a prova mais eloquente.

Portugal abandonou a posição passiva de consumidor de segurança, à qual durante tempo se viu remetido e passou a uma posição activa e reconhecida de produtor de segurança internacional.

É para este novo quadro e para esses novos desafios do futuro que o IDN quer olhar e contribuir.

Como? perguntar-se-á, legitimamente.

Assumindo por inteiro e sem complexos o património do passado, mas assumindo também sem complexos nem hesitações a mudança do presente.

Em primeiro lugar, o IDN pode e deve continuar o lugar privilegiado de encontro e reforço dos laços civis-militares.

E na conjuntura actual que atravessam as relações civis-militares na sociedade portuguesa, deve fazê-lo não só ao nível das elites dirigentes como tem vindo a acontecer nos Cursos de Defesa Nacional (e desde o ano passado aberto a auditores da República Popular de Angola), o que, concerteza deverá manter-se com as reformas necessárias, como deve alargar esse campo a camadas mais vastas e mais jovens da população e, consequentemente, procurar novos instrumentos e novas linguagens a que essas camadas possam ser sensíveis.

Significa isto, reforçar os laços com a instituição militar, em particular os Institutos de ensino superior militar, mas significa igualmente abrir decididamente à Universidade, em especial às Faculdades que ministram cursos de Relações Internacionais e matérias afins e abrir «parcerias» nos campos científico e pedagógico de interesse mútuo. Embora mais difícil, objectivo é também, a escola secundária. É que no quadro das reformas possíveis das forças armadas e se um cenário pós-serviço militar obrigatório viesse a acontecer, o sistema de ensino jogaria no futuro, o papel central na formação do espírito de defesa, da imagem e do prestígio das forças armadas e quiçá, de futuras vocações militares.

Em segundo lugar o IDN pode e deve ser por excelência um lugar de produção da cultura estratégica.

Não cabe ao IDN a formulação de doutrina, nem o apoio à decisão de políticas concretas. Cabe-lhe, sim, no espírito de independência e liberdade académica, o papel da reflexão teórica no campo do pensamento estratégico. E no mundo complexo, interdependente em que

vivemos, o pensamento estratégico não é já um espaço fechado de monopólio. Pelo contrário, terá que ser um espaço aberto de cruzamento de experiências e discursos, ou não será pensamento estratégico. Aos centros clássicos do pensamento estratégico, a instituição militar e a diplomacia teremos, hoje, que acrescentar os novos centros: os institutos de investigação, as Universidades e depois da guerra do Golfo, como pensar a estratégia sem a comunicação social?

Para que possa constituir-se como centro produtor de pensamento estratégico, o IDN terá que investir decididamente na investigação científica: não só abrindo o seu espaço ao cruzamento dos vários discursos e à colaboração com esses vários centros, mas desenvolvendo a sua própria carreira de investigação e, progressivamente, o seu próprio quadro de investigadores.

É sobre estes dois eixos de orientação estratégica que poderá assentar o futuro do IDN. Só assim poderá, hoje, contribuir para a política de defesa nacional e no campo que lhe é próprio: conceptualizar o presente e atento à prospectiva, antecipar o futuro.

Só assim poderá, hoje, cumprir a sua divisa e reinventar para o futuro os caminhos da Nação.